

PROJETO DE LEI Nº 491/12

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 19 SET. 2012

Ruy
1º Secretário

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense", a ser comemorado anualmente em 22 de outubro.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense", a ser comemorado anualmente em 22 de outubro.

Parágrafo único Em comemoração ao Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense será realizada homenagem em sessão solene na Assembleia Legislativa, na qual os Militares que se destacaram em suas atividades serão agraciados com Menção Honrosa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2012.

Gilberto Ribeiro
Gilberto Ribeiro
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O objetivo da criação do Dia da Valorização do Militar Paranaense é ressaltar a sua importância em nosso Estado.

A Polícia Militar do Paraná foi criada como uma unidade de caçadores, um tipo de infantaria leve, pela Lei nº 7, de 10 de agosto de 1854, com a denominação de Companhia de Força Policial.

O Corpo de Bombeiros do Paraná é um Comando Intermediário da PMPR, cuja missão consiste na execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, no âmbito do Estado do Paraná. A corporação foi criada em 1912, com completa autonomia, nos moldes dos Sapeurs-Pompier da França.

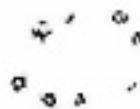
Em 1917 foi realizado um acordo entre o Estado e a União, e as forças militares dos Estados passaram a ser consideradas reserva militar do Exército Nacional, tendo sido o Corpo de Bombeiros anexado à Polícia Militar.

Em 1928 o Corpo de Bombeiros readquiriu a autonomia, mas foi reconvocato nas revoluções de 1930 e 1932, tendo ativa participação nos combates na região litorânea.

Com a promulgação de uma nova Constituição em 1946, a legislação federal passou a permitir que os Corpos de Bombeiros voltassem a ser reintegrados às PMs, o que ocorreu no Paraná em 1948¹, usufruindo, porém, de total autonomia técnica, administrativa e financeira.

Os Militares são profissionais que lidam com a hierarquia, disciplina, civismo, trabalho em equipe, profissionalismo, comprometimento, responsabilidade e solidariedade.

¹ Lei nº 155, 25 de novembro de 1948.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Deputado Anibal Khury



Através do presente Projeto de Lei pretende-se ressaltar o sentimento de gratidão e solidariedade dos cidadãos paranaenses para com esses profissionais.


Os policiais e bombeiros militares são os verdadeiros guardiões do nosso Estado. Eles exercem funções preponderantes, que ultrapassam as características presentes no policiamento ostensivo-preventivo, reservado-repressivo, salvamento e resgate.

Suas atuações podem ser percebidas no dia a dia dos 399 municípios do Paraná, seja na preservação do Bem, seja em ações que exijam medidas imediatas.

Em muitos casos, o militar é conciliador, delegado, enfermeiro, médico e psicólogo, pois normalmente ele é o primeiro a atender as necessidades de quem o clama.

Diante do acima exposto, pedimos a compreensão e o apoio dos Nobres Pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no que tange à matéria supracitada.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2012.


Gilberto Ribeiro
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 491/2012

Projeto de Lei nº. 491/2012

Autora: Deputado Estadual Gilberto Ribeiro

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia da valorização do Militar Estadual Paranaense" a ser comemorado anualmente em 22 de outubro.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ O "DIA DA VALORIZAÇÃO DO MILITAR ESTADUAL PARANAENSE" A SER COMEMORADO ANUALMENTE EM 22 DE OUTUBRO. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS 24, IX E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 139 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilberto Ribeiro, possui como finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia da valorização do militar Estadual Paranaense", a ser comemorado anualmente em 22 de Outubro.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência de o Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, o objeto da ora preposição se amolda à previsão constitucional do Estado inserida entre "Os Princípios Gerais da Ordem Econômica", o qual estabelece em seu artigo 139 a valorização do trabalho, conforme se denota:

Art. 139. A organização da atividade econômica, fundada na valorização do trabalho, na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente, tem por objetivo assegurar existência digna a todos, conforme os mandamentos da justiça social e com base nos princípios, estabelecidos na Constituição Federal.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

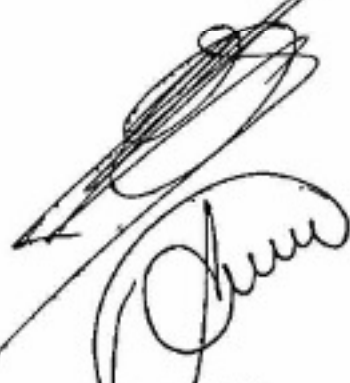


Sala das Comissões, 23 de outubro de 2012.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR




APROVADO

unanimidade de 12/2




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury
Diretoria de Assistência ao Plenário



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Ao Projeto de Lei nº 491/12

Emenda de Plenário nº	82
DAP	11 DEZ 2012
Visto	<i>Manoel</i>

Altera o Projeto de Lei nº 491/12, que passa a ter a seguinte redação:

"Institui o Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense, a ser comemorado anualmente no dia 22 de outubro.

Art. 1º Fica instituído o Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense, a ser comemorado anualmente no dia 22 de outubro.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2012.

2. Francisco Ribeiro

Gilberto Ribeiro
GILBERTO RIBEIRO
Deputado Estadual

3. Ademir Biev

4. Zilka
5. Roberto Edison Raczka

1453 11/12/2012 08:22:29 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLÊNÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 491/12

Projeto de Lei nº 491/2012

Autor da emenda: Deputado Gilberto Ribeiro

Súmula: Institui o Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense, a ser comemorando anualmente no dia 22 de outubro.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 491/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A I, 137 E 141 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, objetiva instituir o Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense, a ser comemorado anualmente no dia 22 de outubro.

A referida proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Contudo, quando da segunda discussão em Plenário, recebeu Emenda Substitutiva Geral, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

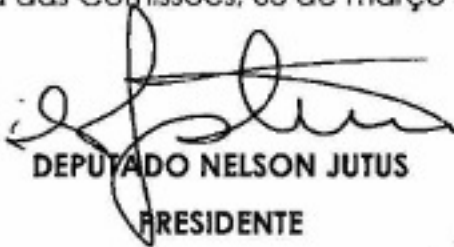



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta pelo Deputado Gilberto Ribeiro, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR





APROVADO

unanimemente 05.03.13



PROJETO DE LEI Nº 520/2012

Súmula: Reconhece o "Festival de Música Gospel – Louvores ao Rei" no Município de Porto Amazonas e dá outras providências.


Art. 1º Fica reconhecido o "Festival de Música Gospel – Louvores ao Rei, do Município de Porto Amazonas, realizado todos os segundos sábados do mês de setembro de cada ano.

Art. 2º O festival de que trata o artigo anterior passará a fazer parte do calendário oficial de eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º A responsabilidade da realização do evento estará a cargo da Igreja Menonita de Porto Amazonas que o fará contando com parcerias e apoios dos órgãos oficiais que se disporem a tal.


Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 2012.


CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 OUT 2012


1º Secretário



JUSTIFICATIVA

O "Festival de Música Gospel – Louvores ao Rei" é realizado todos os anos no Município de Porto Amazonas, no segundo domingo do mês de setembro, promovido pela Igreja Menonita de Porto Amazonas. O evento tem reunido nos anos de sua realização milhares de pessoas que se deleitam com as músicas gospel ali apresentadas.

Tem revelado cantores, conjuntos e bandas que apresentam músicas inéditas e atuais, e, ao mesmo tempo tem reunido milhares de fãs da música gospel que vêm assistir tal festival.

A Câmara Municipal de Porto Amazonas aprovou uma proposição que se transformou em Lei Municipal nº 907, de 24 de fevereiro de 2011, retificada pela Lei nº 924, de 28 de setembro de 2011, reconhecendo o festival como incluindo no calendário oficial do Município de Porto Amazonas. A retificação através da Lei 924 muda a data da realização de segundo domingo, para segundos sábados do mês de setembro.

A Lei foi sancionada pelo Prefeito Municipal Miguel Tadeu Sokulski.

O objetivo de nosso Projeto é reconhecer aquele festival e incluí-lo no Calendário Oficial da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná.

Contamos com o apoio dos demais pares desta Casa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 520/2012

Projeto de Lei nº. 520/2012

Autora: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Reconhece o Festival de Música Gospel "Louvores do Rei" no Município de Porto Amazonas e o insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná.

EMENTA: RECONHECE O FESTIVAL DE MÚSICA GOSPEL "LOUVORES DO REI" NO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS E O INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 DA CF ESTADUAL E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS 5º, VI, 24, IX E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APROVAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Cantora Mara Lima, tem por finalidade reconhecer o Festival de Musica Gospel "Louvores do Rei", no Município de Porto Amazonas e inseri-lo, no Calendário Oficial de eventos do Estado do Paraná, a ser comemorado, anualmente, aos segundos sábados do mês de setembro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, o objeto da ora proposição se amolda à previsão constitucional, inserido dentro dos Direitos e Garantias Fundamentais, o qual estabelece em seu artigo 5º, VI, o exercício dos cultos religiosos e proteção aos seus locais.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.


Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


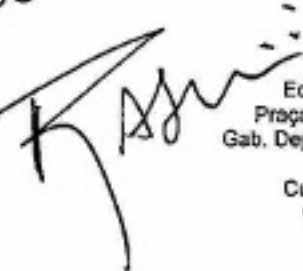
Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012

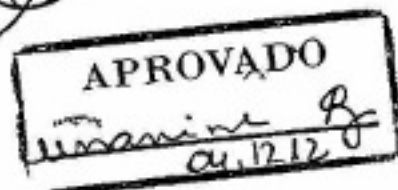

Nelson Justus

Presidente


Hermas Brandão Junior

Relator



Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury

Diretoria de Assistência ao Plenário



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Ao Projeto de Lei nº 520/12

Emenda de Plenário nº <u>01</u>
DAP <u>11 DEZ 2012</u>
Visto <u>Claudio</u>

Altera o Projeto de Lei nº 520/12, que passa a ter a seguinte redação:

"Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Festival de Música Gospel – Louvores do Rei, a ser realizado no segundo sábado do mês de setembro, no Município de Porto Amazonas.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Festival de Música Gospel – Louvores do Rei, a ser realizado no segundo sábado do mês de setembro, no Município de Porto Amazonas.

Art. 2º A realização do evento ficará a cargo da Igreja Menonita de Porto Amazonas, que o fará contando com parcerias e apoio dos órgãos oficiais que se disponham a tal.


Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2012.


CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual


Francisco Bahrer


Ademir Bier


Aníbal Khury
4 - RASCA
5 - Renata Edison Pacayk

14:51 11/12/2012 000227 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI
Nº 520/12

Projeto de Lei nº 520/2012

Autor da emenda: Deputado Cantora Mara Lima

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Festival de Música Gospel – Louvor do Rei, a ser realizado no segundo sábado do mês de setembro, no Município de Porto Amazonas.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 520/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A I, 137 E 141 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, objetiva insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Festival de Música Gospel – Louvor do Rei, a ser realizado no segundo sábado do mês de setembro, no Município de Porto Amazonas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A referida proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Contudo, quando da segunda discussão em Plenário, recebeu Emenda Substitutiva Geral, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima.

Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



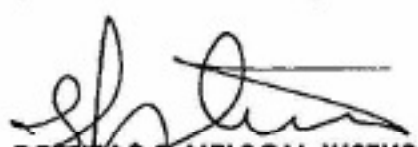
Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

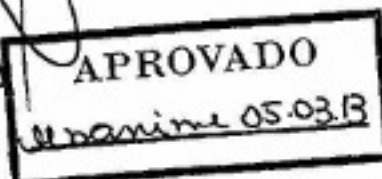
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta pela Deputada Cantora Mara Lima, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de MARÇO de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

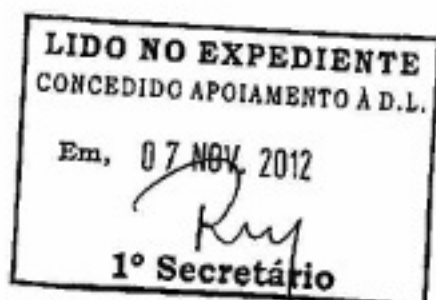

DEPUTADO WILSON QUINTERO
Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 558/12



Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o dia do Repórter Policial, a ser comemorado anualmente em 31 de outubro.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia do Repórter Policial", a ser comemorado anualmente em 31 de outubro.

Parágrafo Único: Em comemoração ao Dia do Repórter Policial será realizada homenagem em sessão solene na Assembleia Legislativa, na qual os repórteres em destaque serão agraciados com Menção Honrosa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões, 7 de novembro de 2012

GILBERTO RIBEIRO
Deputado Estadual

Justificativa

Uma função essencial no jornalismo em várias redações de jornalismo diário é a do Repórter Policial.

Trata-se de um repórter que fica de plantão, atento as notícias ligadas a segurança pública. Quando ouvem um fato que pode servir para uma notícia, eles confirmam a informação por telefone com as autoridades responsáveis (ou colegas em outros veículos) e se necessário, deslocam-se para o local.

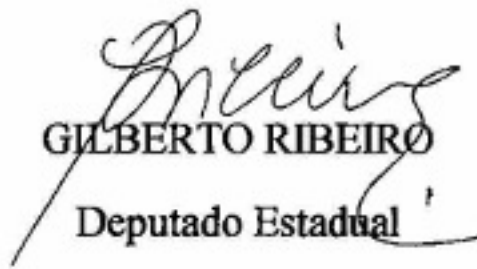
Diariamente, o repórter policial telefona para todas as delegacias e unidades de polícia para perguntar se há novidades em busca de notícia e essa técnica é conhecida como ronda policial.

Um trabalho de risco principalmente para quem trabalha na parte da noite.

Através do presente projeto de lei, pretende-se ressaltar o sentimento de gratidão e solidariedade dos cidadãos paranaenses para com esses profissionais.

Diante do acima exposto, contamos com a devida aprovação dos nobres pares desta Casa de Leis.

Sala das sessões, 07 de novembro de 2012


GILBERTO RIBEIRO

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI 558/2012

Projeto de Lei nº. 558/2012

Autora: Deputado Estadual Gilberto Ribeiro

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado, o dia do Repórter Policial, a ser comemorado anualmente em 31 de outubro.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO, O DIA DO REPÓRTER POLICIAL, A SER COMEMORADO ANUALMENTE EM 31 DE OUTUBRO. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTÁ-LA, ARTS. 24, X E 215, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 190 E 206 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR 95/98. PARECER FAVORÁVEL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilberto Ribeiro, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado, o "Dia do Repórter Policial", a ser comemorado anualmente em 31 de outubro.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, Inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.
(grifo nosso)

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, e 206, estabelecem, respectivamente, que a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais e, que o Estado estimulará a manifestação da informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

Art. 206. O Estado, dando prioridade à cultura regional, estimulará a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, as quais não sofrerão restrição, observados os princípios da Constituição Federal.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.


Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012


Nelson Justus
Presidente


Hermas Brandão Junior
Relator


APROVADO
Unânime 04.12.12

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury

Diretoria de Assistência ao Plenário



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Ao Projeto de Lei nº 558/12

Emenda de Plenário nº	02
DAP	11 DEZ. 2012
Visto	<i>Claudio</i>

Altera o Projeto de Lei nº 558/12, que passa a ter a seguinte redação:

"Institui o Dia do Repórter Policial, a ser comemorado anualmente no dia 31 de outubro.

Art. 1º Fica instituído o Dia do Repórter Policial, a ser comemorado anualmente no dia 31 de outubro.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2012.

Francisco Bührer
2- Francisco Bührer

Gilberto Ribeiro
GILBERTO RIBEIRO
Deputado Estadual

Ademir Biel
3- Ademir Biel

Edson Piacitelli
4- Piacitelli
5- Piacitelli



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



PARECER AO PROJETO DE LEI 558/2012

Projeto de Lei: 558/2013

Autor da emenda: Deputado Gilberto Ribeiro

Súmula: Institui o Dia do Repórter Policial, a ser comemorado anualmente no dia 31 de outubro.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 558/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A I, 137 E 141 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, tem por objetivo instituir o "Dia do Repórter Policial", a ser comemorado anualmente no dia 31 de outubro.

A referida proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, em 04 de dezembro de 2012. Contudo, quando da segunda discussão em Plenário, o referido Projeto recebeu Emenda Substitutiva Geral, de autoria do próprio Deputado Gilberto Ribeiro.

Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Desta forma, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n.º 95/1998.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta pelo Deputado Gilberto Ribeiro, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Curitiba, de 05 de março de 2013

NELSON JUSTUS
Presidente

TERCÍLIO TURINI
Relator

APROVADO
unânime 05.03.13



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL

ris. 02

GABINETE DO DEPUTADO TERUO KATO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 NOV. 2012

Kury
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 5801/12

EMENTA: Declara de utilidade pública o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS/PR.

Autor: Deputado TERUO KATO

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECLARA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba, na Rua Voluntários da Pátria 400 cj 401, Centro, CEP 80020-917, inscrito no CNPJ sob nº 03.138.064/0001-41, registrado em 12 de abril de 1988, sob nº 713, Livro "A-1", do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas - 4º Ofício, comarca de Curitiba/PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 13 de novembro de 2012.

TERUO KATO

Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

O Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná, COSEMS/PR, com sede nessa capital do Paraná, conforme disposto no art. 1º. de seu Estatuto é pessoa jurídica de direito privado, criado sob forma de Associação Civil Sem Fins Lucrativos e que tem como princípios e finalidades, conforme previsão do art. 4º, lutar pelo fortalecimento e autonomia dos municípios na área da saúde, para a consecução de suas finalidades.

Atualmente, o COSEMS/PR tem atuação constante, sempre em defesa da Saúde Pública, conforme bem especifica o relatório de atividades anexo.

A declaração de utilidade pública para o Conselho de Secretários Municipais constituirá, pois, incentivo indispensável para que essa entidade possa continuar a desenvolver suas atividades, de modo que assim possa pleitear recursos adicionais a fim de continuar a exercer suas atividades pelo bem da Saúde Pública e principalmente para dar continuidade a sua luta pelos direitos sociais nessa área de atuação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 580/12

Projeto de Lei nº. 580/12

Autor: Deputado Estadual Teruo Kato

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ – COSEMS/PR**, com sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – **LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Teruo Kato, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também se encontram devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05 de março de 2013.

DEPUTADO NÉLSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora do Rosário, s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

Unanimidade 05.03.13



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~ANTE~~PROJETO DE LEI 639/12

Súmula: Dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, altera e revoga os dispositivos que especifica e adota outras providências.

Art. 1º. Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, que compõem as carreiras previstas na Lei Estadual nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, são os definidos no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As tabelas de vencimentos estabelecidas no Anexo I desta Lei correspondem a uma jornada de trabalho de 35 (trinta e cinco) horas semanais e serão atualizadas no caso de revisão geral anual.

Art. 2º. Fica incorporado às tabelas de vencimentos do Anexo I desta Lei os valores correspondentes à gratificação de atividade judiciária (GAJ), ficando, em consequência, revogado o artigo 3º da Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010 e o artigo 35 da Lei Estadual nº 17.250, de 31 de julho de 2012.

Art. 3º. Ficam alterados os artigos 4º, 5º e seus parágrafos, 15 e 16 da Lei Estadual nº 16.023 de 19 de dezembro de 2008, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. A chefia dos trabalhos das secretarias é exercida pelo ocupante da função comissionada de Chefe de Secretaria e a de supervisão dos trabalhos é exercida pelo ocupante da função comissionada de Supervisor de Secretaria.

§ 1º. Por Secretaria haverá uma função comissionada de Chefe de Secretaria e uma de Supervisor de Secretaria.

I - Nas Escrivanias de entrância final, haverá uma função comissionada de Supervisor de Secretaria;

§ 2º. Nas comarcas de juízo único, à medida que houver vacância das serventias, estas serão incorporadas à unidade estatizada anteriormente existente, criando-se estrutura de Secretaria única,



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



com uma função comissionada de Chefe de Secretaria e uma de Supervisor de Secretaria.

§ 3º. As secretarias podem funcionar acumuladas no interesse da Justiça, por ato do Presidente do Tribunal, sem implicar acúmulo das funções comissionadas de Chefe e Supervisor.

Art. 5º. As funções comissionadas de Chefe de Secretaria e de Supervisor de Secretaria integram o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

§ 1º. As funções comissionadas de Chefe de Secretaria serão exercidas por servidor ocupante de cargo de Analista Judiciário, da área judiciária, do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição e, excepcionalmente, por Técnico Judiciário ou Técnico de Secretaria, desde que bacharel em Direito.

I - Poderá ser excepcionado, para efeito de substituição, o critério de escolaridade, na hipótese de inexistir, na unidade, servidor que preencha tal requisito.

§ 2º. A função comissionada de Supervisor de Secretaria será exercida por servidores ocupantes de cargos de Analista Judiciário, da área judiciária ou contábil, e excepcionalmente por Técnico Judiciário e Técnico de Secretaria.

§ 3º. Ao Juiz de Direito cabe a indicação dos servidores ocupantes de cargos efetivos para o exercício das funções referidas no caput, cuja designação dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, segundo os critérios definidos nesta Lei.

§ 4º. O servidor designado para as funções previstas neste artigo participará de programa de qualificação, conforme disciplinado em regulamento.

...

Art. 15. Ficam instituídas as gratificações de função no 1º Grau de Jurisdição, nos seguintes valores:

I - Chefe de Secretaria, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

II - Supervisor de Secretaria, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Parágrafo único. Os valores das gratificações não serão incorporados em nenhuma hipótese aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.

Art. 16. Pela execução de trabalhos externos pelos designados para as funções de Oficial de Justiça e Comissário da Infância e da Juventude fica criada indenização de transporte relativa às despesas decorrentes da utilização de meios próprios de locomoção para desincumbir-se do serviço e será calculada até o percentual de 72% (setenta e dois por cento) sobre o vencimento do primeiro nível do cargo de Técnico Judiciário".

Art. 4º. Fica alterado o artigo 155 da Lei Estadual n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 155. Em caso de afastamento do servidor ocupante do cargo de Escrivão remunerado pelos cofres públicos ou Secretário dos Juizados Especiais, o Juiz de Direito da respectiva unidade indicará servidor ocupante de cargo efetivo de Analista Judiciário, da área jurídica, ou Técnico Judiciário ou Técnico de Secretaria, desde que bacharel em Direito, para o exercício precário das funções, cuja designação dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1º. Poderá ser excepcionado, para efeito de substituição, o critério de escolaridade, na hipótese de inexistir, na unidade, servidor que preencha tal requisito.

§ 2º. O servidor designado para o exercício precário das funções do titular da Escrivania ou Secretaria dos Juizados Especiais, durante o período de substituição, perceberá proporcionalmente o valor correspondente à gratificação de função de Chefe de Secretaria."

Art. 5º. Fica alterado o artigo 266 da Lei Estadual n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 266. Havendo desdobramento ou criação de vara ou comarca, o Juiz Titular da vara ou comarca desdobrada ou da qual saírem as atribuições, terá o direito de optar pela de sua preferência, respeitados os seus direitos, nos dez dias seguintes à publicação do



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ato respectivo e, não o fazendo, entender-se-á que preferiu aquela de que é titular."

Art. 6º. As atribuições básicas das funções comissionadas de Chefe de Secretaria e Supervisor de Secretaria passam a ser as constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. As atribuições específicas das funções comissionada previstas neste artigo serão definidas em regulamento.

Art. 7º. Ficam ressalvadas as situações constituídas, relativamente a designação de funções comissionadas previstas nesta Lei, até 60 (sessenta) dias após a vigência desta Lei.

Art. 8º. Fica revogado o §2º do artigo 31 da Lei 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 9º. A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no artigo 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná e do Fundo da Justiça.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANEXO I

Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição

Parte Permanente

Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR (SUP)		
NÍVEL ATUAL	NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO (R\$)
1	SUP-1	4.929,90
2	SUP-2	5.176,40
3	SUP-3	5.435,22
4	SUP-4	5.706,98
5	SUP-5	5.992,32
6	SUP-6	6.291,94
7	SUP-7	6.606,54
8	SUP-8	6.936,87
9	SUP-9	7.283,71

TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO (INT)		
NÍVEL ATUAL	NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO (R\$)
1	INT-1	3.862,72
2	INT-2	4.055,85
3	INT-3	4.258,67
4	INT-4	4.471,59
5	INT-5	4.695,16
6	INT-6	4.929,92
7	INT-7	5.176,44
8	INT-8	5.435,25
9	INT-9	5.706,99



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANEXO II

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 1º. Ao Chefe de Secretaria compete:

- I - coordenar e executar os serviços de documentação e movimentação processuais, de guarda e conservação dos autos, de comunicação processual (expedição de mandados, de cartas e de elaboração de editais) e de certificação;
- II - escriturar livros e arquivar documentos, processos e relatório;
- III - atender o público em geral;
- IV - manter a ordem e o decoro no interior da Secretaria;
- V - efetuar a movimentação processual;
- VI - redigir e assinar ofícios, mandados, editais, cartas precatórias, certidões e demais atos da Secretaria;
- VII - cumprir os despachos e as decisões judiciais;
- VIII - receber e tomar por termo as reclamações feitas oralmente;
- IX - fiscalizar o pagamento das custas processuais;
- X - entregar os autos com carga ao juiz, promotor ou advogado, nos casos permitidos em lei;
- XI - cobrar os autos que, findo o prazo, não forem devolvidos;
- XII - registrar, antes da intimação das partes ou ao seu advogado, as sentenças do juiz;
- XIII - emitir, independentemente de despacho, certidão de qualquer ato ou termo do processo ou de fato de seu conhecimento em razão do ofício;
- XIV - auxiliar e estar presente às audiências, quando solicitado;
- XV - coordenar todas as atividades relacionadas com serviços da Secretaria.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 2º. Ao Supervisor de Secretaria compete:

- I - coordenar, em nível auxiliar ao Diretor de Secretaria e segundo sua orientação, todas as atividades relacionadas com os serviços da Secretaria;
- II - substituir o Chefe de Secretaria em seus afastamentos ou impedimentos;
- III - supervisionar e executar atividades relacionadas à elaboração e conferência dos serviços judiciários e administrativos da Secretaria;
- IV - atender o público em geral;
- V - manter a ordem e o decoro no interior da Secretaria;
- VI - redigir e assinar ofícios, certidões e demais atos da Secretaria;
- VII - cumprir os despachos e as decisões judiciais;
- VIII - receber e tomar por termo as reclamações feitas oralmente;
- IX - auxiliar e estar presente às audiências, quando solicitado;
- X - auxiliar o Juiz Supervisor do Fundo Rotativo nas atividades de coordenação e controle dos recursos destinados à Comarca ou Juízo elaborando a prestação de contas de sua aplicação.



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, constante na Lei Estadual nº 16.023/2008; altera os artigos 4º, 5º e seus parágrafos, 15 e 16 da Lei Estadual nº 16.023/2008; os artigos 155 e 266 da Lei Estadual nº 14.277/2003; e revoga os artigos 3º da Lei Estadual nº 16.745/2010, 36 da Lei Estadual nº 17.250/2012 e o §2º do artigo 31 da Lei 16.748/2010.

A Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010, em seu artigo 3º, instituiu a chamada Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), benefício concedido às carreiras de Analista Judiciário e Técnico Judiciário previstas na Lei Estadual nº 16.023/2008.

De acordo com o citado artigo, a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), cuja percepção é condicionada ao efetivo exercício do cargo, incidirá sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário nos percentuais de 50% (cinquenta por cento) e 80% (oitenta por cento), respectivamente, e não integram os vencimentos, proventos e pensões.

A presente proposta tem por objetivo agregar ao vencimento dessas carreiras o valor que atualmente é pago a título de gratificação.

Isso representa um maior benefício ao servidor, que passará a ter incorporado à sua tabela de vencimentos valores que atualmente lhe são pagos a título de gratificação.

Assim, tais valores deixam de ser apenas um benefício temporário, passando a integralizar todo o vencimento do servidor, aumentando a base de cálculo sobre o qual incidirá o percentual previdenciário, e de consequência, objeto de proventos e pensão.

Por estar-se incorporando a referida gratificação ao vencimento dos servidores pertencentes às classes de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, fica revogado o art. 35 da Lei Estadual nº 17.250, de 31 de julho de 2012, vez que a Gratificação de Atividade Judiciária deixará de existir.

Foram alterados os artigos 4º, 5º, 15 e 16, todos da Lei Estadual nº 16.023/2008, de modo a reduzir despesas e corrigir distorções nos critérios de atribuição e modo de cálculo das gratificações. Alterou-se a nomenclatura dessas funções comissionadas de Chefe de Secretaria e de Supervisão e seus valores passaram a ser fixos e não mais em percentual incidente sobre o vencimento do servidor.

Com esta nova proposta essas funções comissionadas serão devidas em valor idêntico aos servidores, independentemente de circunstâncias pessoais e não mais oscilando de acordo com o nível de remuneração. Dá-se, portanto, tratamento isonômico às gratificações em razão da sua complexidade e natureza do trabalho desenvolvido.

Em razão da incorporação da GAJ – gratificação de Atividade Judiciária ao vencimento dos servidores, altera-se o percentual da indenização de transporte



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



de 130% (cento e trinta por cento) para 72% (setenta e dois por cento) sobre o vencimento do primeiro nível do cargo de Técnico Judiciário.

A indenização é relativa às despesas decorrentes da utilização de meios próprios de locomoção para execução de trabalhos externos pelos servidores designados para as funções de Oficial de Justiça.

Assim, embora sua incidência passe para um percentual menor, com o incremento na base de cálculo esta redução não implicará em perdas.

Também foram promovidas algumas alterações no Código de Organização Judiciária Estadual, Lei Estadual nº 14.223, de 30 de dezembro de 2003, especialmente nos artigos 155 e 266, de modo a atualizar seus termos com os da Lei Estadual nº 16.023/2008.

A alteração na redação do artigo 155 decorre da necessidade de prever regras de substituição na chefia das serventias que permanecem sob o modelo de escrivania, em virtude da extinção de carreiras promovidas pelo artigo 21 da lei 16.023, de 19 de dezembro de 2008.

Alterou-se a redação do art. 266 de modo a não mais permitir que em caso de desdobramento ou criação de vara ou comarca possa o serventuário da vara desdobrada optar sua preferência, tendo em vista que a carreira de escrivão foi extinta e, nesses casos, a vara ou comarca passará a reger-se pela Lei Estadual 16.023/2008, que instituiu as novas Secretarias.

Assim, uma vez criada uma Secretaria, por força de desdobramento, não há mais que se falar em opção pelo escrivão.

A presente proposta foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 03 de dezembro de 2012.

Registre-se que os custos do projeto de lei em anexo representam um incremento na despesa de aproximadamente R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais) para o exercício financeiro de 2012, R\$ 4.188.000,00 (quatro milhões cento e oitenta e oito mil reais) para o exercício de 2013, e R\$ 4.370.000,00 (quatro milhões trezentos e setenta mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça e Fundo da Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a despesa de pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, com a proposta orçamentária para o exercício de 2013 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

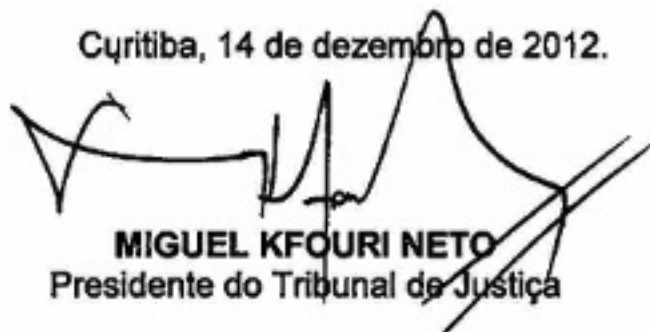
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 14 de dezembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 14 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.673/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 12/12/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 DEZ. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº639/2012

Autor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relator: Deputado PEDRO LUPION

Súmula: Dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, altera e revoga os dispositivos que especifica e adota outras providências.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O VENCIMENTO DOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E TÉCNICO JUDICIÁRIO. QUADRO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DE 1º GRAU. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei N. 639/2012, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por objetivo o reenquadramento de 08 (oito) servidores ocupantes de cargos de Auxiliar Judiciário II, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, oriundos dos cargos de provimento



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal do extinto Tribunal de Alçada.

Uma vez proposto o PL, fora encaminhado a esta Comissão nos termos do Regimento Interno, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

II - VOTO DO RELATOR

A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o importante papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal.¹

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do

¹ Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação da matéria sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.³

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juizes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juizes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Corroborar deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juizes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



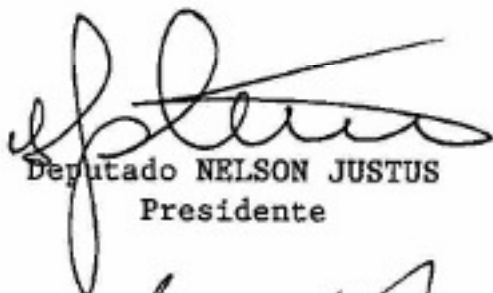
Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

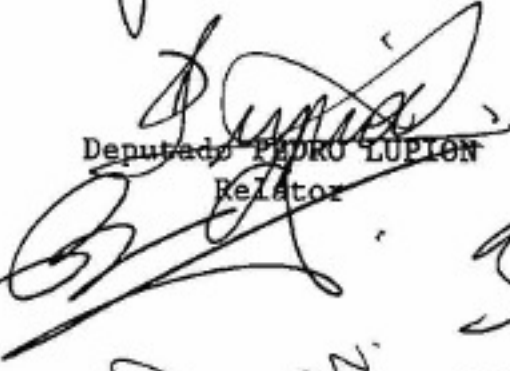
É O VOTO.

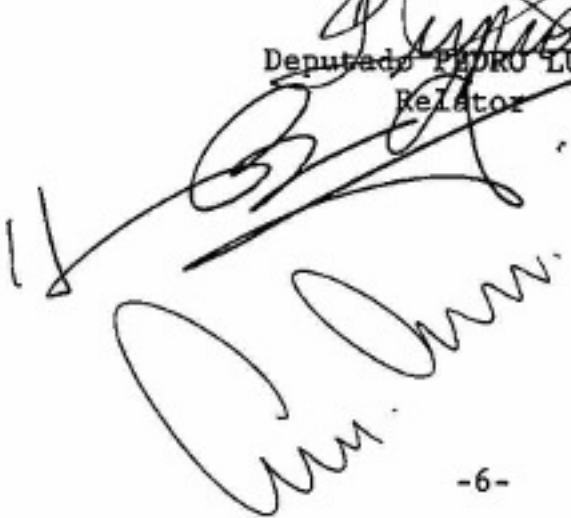
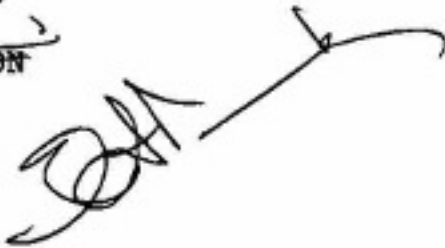

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei N. 639/2012, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator



APROVADO
18.12.12 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 639/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1673/12 que dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de 1º Grau de Jurisdição do estado do Paraná, altera e revoga os dispositivos que especifica da Lei nº 16.023/08

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, a que se destacar que os custos do projeto em tela representam um incremento na despesa de aproximadamente R\$335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais) para o exercício de 2012, R\$4.188.000,00 (quatro milhões cento e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

oitenta e oito mil reais) para o exercício de 2013 e R\$4.370.000,00 (quatro milhões, trezentos e setenta mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos, o parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



ANTEPROJETO DE LEI 01/2013

SÚMULA: Dá nova redação ao Art. 1º da Lei nº 17.029, de 21 de dezembro de 2011.

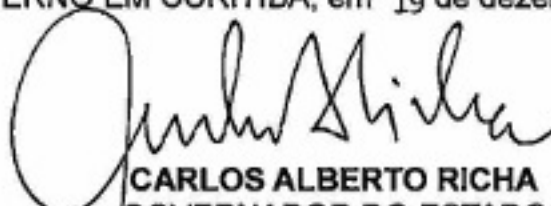
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 17.029, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel constituído pelo "Lote A" - Transcrição das Transmissões 51.177 da 6ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba – medindo aproximadamente 35.531,00 m², localizado à Rua Eduardo Sprada nº 4.520, no bairro do Campo Comprido, Município de Curitiba."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 19 de dezembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 FEV. 2013

1º Secretário



MENSAGEM

Nº 101/2012

Curitiba, 19 de dezembro de 2012

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em 21/01/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1º da Lei nº 17.029, de 21 de dezembro de 2011, que autorizou o Poder Executivo efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel constituído pelo "Lote A" - Transcrição das Transmissões 51.177 da 6ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba, medindo aproximadamente 35.531,00 m², contendo edificações com área aproximada de 8.042,00 m², localizado à Rua Eduardo Sprada nº 4.520, no Bairro do Campo Comprido, Município de Curitiba, para ser utilizado exclusivamente para funcionamento de Serviço Público Municipal.

A nova redação proposta tem a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel constituído pelo "Lote A" - Transcrição das Transmissões 51.177 da 6ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba - medindo aproximadamente 35.531,00 m², localizado à Rua Eduardo Sprada nº 4.520, no bairro do Campo Comprido, Município de Curitiba."

A nova redação ao referido artigo decorre do fato da indicação da área aproximada das edificações divergir da área lançada no Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal de Finanças, fato que poderá comprometer a averbação das construções existentes e, por consequência, prejudicar a transferência do referido imóvel ao Município de Curitiba.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.11.780.964-1

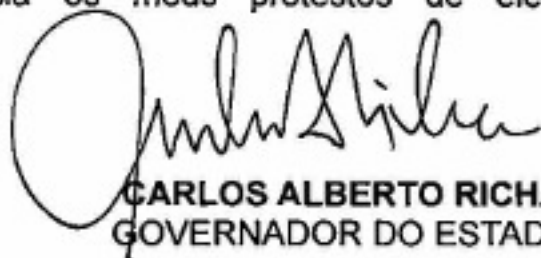
Recebido.
Em 19 dez. 2012
às 15:00 m Gcb.
d. Tereza.



Em diligência na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, através do processo protocolado nº 11.780.964-1/SPI, a Coordenadoria do Patrimônio do Estado daquela Pasta manifestou-se favoravelmente à ora proposta nova redação ao dispositivo já mencionado.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida, Voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 17029 - 21 de Dezembro de 2011

Publicado no Diário Oficial nº. 8614 de 21 de Dezembro de 2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel constituído pelo "Lote A" - Transcrição das Transmissões 51.177 da 6ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba - medindo aproximadamente 35.531,00 m², contendo edificações com área aproximada de 8.042,00 m², localizado à Rua Eduardo Sprada nº 4.520 - no bairro do Campo Comprido, Município de Curitiba.

Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento de Serviço Público Municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º. O município terá o prazo de 02 (dois) anos para a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário, o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 21 de dezembro de 2011.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Luiz Eduardo Da Veiga Sebastiani
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

AJB/Prot. 11.272.136-3

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 01/2013

Projeto de Lei nº 01/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 101/2012

Súmula: Nova redação ao artigo 1º da Lei nº 17.029/2011, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Curitiba do imóvel que especifica.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CURITIBA QUE ESPECIFICA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 101/2012, objetiva dar nova redação ao artigo 1º da Lei nº 17.029, de 21 de dezembro de 2011, que autorizou o Poder Executivo efetuar a doação, para ser utilizado exclusivamente para funcionamento de Serviço Público Municipal.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 63 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

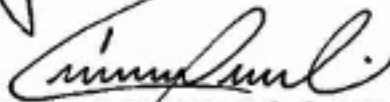


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTOS
PRESIDENTE


DEPUTADO BERNARDO CARLI
RELATOR

APROVADO

Unanime 26.02.13
Pontini



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

MEMBROS

Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;

Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 001/2013

Projeto de Lei nº 001/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 101/2012

Súmula: Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 17.029/2011, que autoriza o Poder Executivo da Efetuar doação ao município de Curitiba do imóvel que especifica.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 001/2013** de autoria do Poder Executivo, através da **Mensagem 101/2012**, dá nova redação ao Art. 1º da Lei nº 17.029 de 21 de dezembro de 2011, a qual corrige dados referentes ao imóvel cedido pelo Poder Executivo para fins específicos do município de Curitiba-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 001/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa alterar o artigo 1º da Lei 17.029 de 21 de dezembro de 2011, corrigindo a informação da área doada que apresenta-se em divergência com os dados lançados no Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal de Finanças. Este processo apenas facilita a utilização deste imóvel, já que a divergência de informações poderia comprometer a averbação das construções existentes e até mesmo a própria utilização do imóvel. A alteração da lei permitirá essa correção e a utilização da área dentro dos critérios formais, destinando-se para atividades de cunho específico do Serviço Público Municipal de Curitiba, com benefício único e exclusivo de toda a população.

Ainda vale mencionar que continua mantida a cláusula de inalienabilidade, a qual especifica o retorno do imóvel ao Estado em caso de destinação diversa.

Cumpra a nós destacar que "*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 001/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 101/2012 a qual apenas corrige informações importantes referentes à área cedida ao município de Curitiba. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Assim, o projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "*A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal*". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná a tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta trará benefícios indiscutíveis ao município Curitiba e merece total apoio desta Comissão.

[Assinatura]



Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 001/2013, em sua forma apresentada.

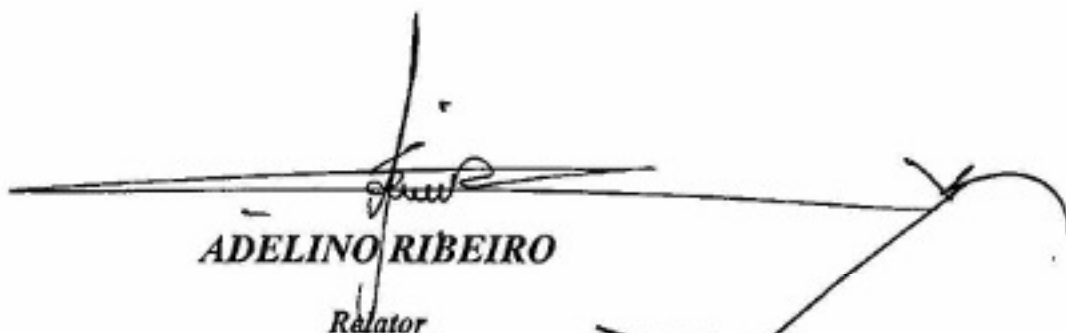
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 04 de março de 2013.



FRANCISCO BUHRER

Presidente da Comissão



ADELINO RIBEIRO
Relator





ANTEPROJETO DE LEI 31/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Cerro Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

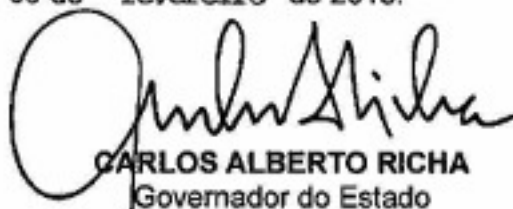
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de uso ao Município de Cerro Azul, do imóvel constituído pelos Lotes 9, 17, 36, 37 e parte dos Lotes 35, 38, 39 e 40 e um Lote de título de terreno definitivo sob nº 6, com área total de 72.600,00 m², contendo edificações, conforme descrito na Transcrição nº 13.810 do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul.

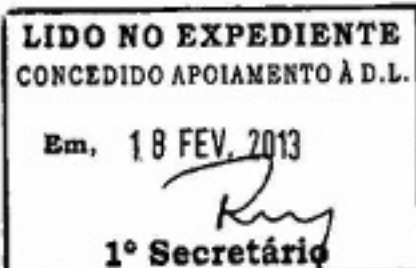
Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pelo Município para atividades voltadas para o desenvolvimento agrícola da região, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 06 de fevereiro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 008 /2013

Curitiba, 06 de fevereiro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências
Em, 18/02/2013
[Assinatura]
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a Cessão de uso ao Município de Cerro Azul, do imóvel constituído pelos Lotes 9, 17, 36, 37 e parte dos Lotes 35, 38, 39 e 40 e um Lote de título de terreno definitivo sob nº 6, com área total de 72.600,00 m², contendo edificações, conforme descrito na Transcrição nº 13.810 do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul.

O referido Município vem se destacando na produção de alimentos, por meio da participação dos agricultores familiares, sendo um dos maiores produtores de mandioca do Estado do Paraná, além da grande produção de cítricos.

Atualmente um grande número de agricultores participa do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, bem como do Programa Nacional de alimentação Escolar – PNEA, viabilizando oferta de produtos de qualidade.

Para que se possibilite o aumento da qualidade dos produtos ofertados, uma melhor gestão na comercialização e uma logística mais adequada na distribuição, o Município está propondo uma Unidade de Beneficiamento de Alimentos, com a participação dos agricultores familiares através de suas associações representativas.

O referido projeto conta com o apoio da Câmara Técnica de Agropecuária do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira Paraná, do conselho de Desenvolvimento Rural do Município do Instituto EMATER e vem reunindo mais parceiros para a sua concretização.

Para implantação dessa Unidade, faz-se necessária a utilização da área sob a dominialidade da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, onde se localizam barracões com equipamentos pertencentes à Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.512.156-1



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

O Município de Cerro Azul, bem como todo o Vale do Ribeira, necessita de Projetos deste quilate para a promoção do seu desenvolvimento, da melhoria da renda dos agricultores e da qualidade de vida em todo o território.

Diante do exposto é que proponho a presente medida, objetivando obter autorização para que este Poder Executivo efetue a referida cessão de uso do imóvel já mencionado àquele Município.

Por último, vale mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para atividades voltadas para o desenvolvimento agrícola da região, retomando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, e que a cessão de uso terá vigência de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado



PARECER AO PROJETO DE LEI 31/2013

Projeto de Lei: 31/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem n.º 08/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel ao Município de Cerro Azul.

EMENTA: CESSÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

31/2013

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 08/2013, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Cerro Azul, o qual construirá sua sede própria.



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na

forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse

público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:
f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

A jurista Hely Lopes Meirelles leciona que "a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente"¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33, ed., p. 629.

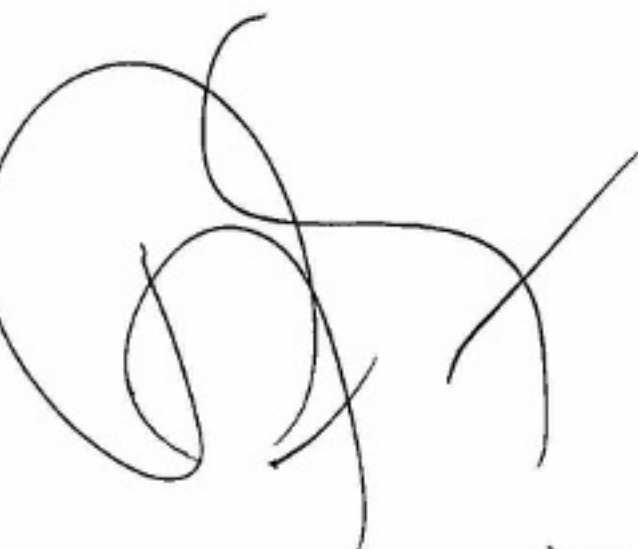
CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Gbo, 26 fevereiro 2013


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator



















APROVADO
unânime 26.02.13



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer
Vice-Presidente: Deputado Adellino Ribeiro
MEMBROS

Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº31/2013

Projeto de Lei nº 31/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 008/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel ao Município de Cerro Azul no Estado do Paraná.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 31/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 008/2013, objetiva efetuar a cessão de uso de imóvel, ao Município de Cerro Azul no Estado do Paraná, da área constituída pelos Lotes 9, 17, 36, 37 e parte dos Lotes 35, 38, 39, 40 e um Lote de título de terreno definitivo sob nº 6, com área total de 72.600,00 m², contendo edificações conforme descrito na Transcrição nº 13.810 do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul -PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 31/2013, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o Município de Cerro Azul no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel que será utilizado para o desempenho específico de atividades agrícolas. Neste imóvel, de domínio atual da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, será realizada a implantação de uma Unidade de Beneficiamento de Alimentos para o município, um trabalho voltado para a participação dos agricultores familiares através de suas associações representativas, sempre prezando o bem estar de toda a população.

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Cumpra-se a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.



Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 31/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta com um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 008/2013 vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Assim, o projeto evidencia claramente o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

III – CONCLUSÕES

Basando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

IV – VOTO DO RELATOR


Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta trará benefícios indiscutíveis ao município de Cerro Azul e merece total apoio desta Comissão.

Desta forma, opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 31/2013, em sua forma apresentada.




Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

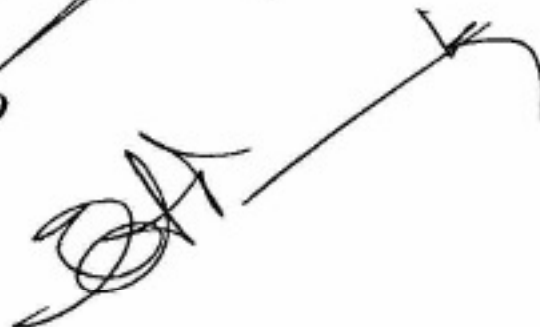
Sala das Comissões em 04 de março de 2013.


FRANCISCO BUHRER

Presidente da Comissão


TERUO KATO

Relator



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 61/2013

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 17.423, de 18 de dezembro de 2012, conforme específica, e dá outras providências.

Art. 1º. O § 6º, do art. 3º, da Lei nº 17.423, de 18 de dezembro de 2012, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 3º. ...

...

§6º. Os encargos de que trata o art. 3º da presente Lei não serão devidos durante os períodos de férias e demais afastamentos legais, bem como não incidirão sobre o terço de férias e o 13º salário.”

Art. 2º. O art. 20, da Lei nº 17.423, de 18 de dezembro de 2012, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 20. ...

Parágrafo Único. Ficam criados ainda 22 (vinte e dois) cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sendo 05 (cinco) cargos de Assessor Jurídico da Presidência, simbologia DAS-3, 07 (sete) cargos de Assessor Administrativo de Conselheiro, simbologia DAS-3, 05 (cinco) cargos de Assistente Técnico da Presidência, simbologia DAS-4 e 5 (cinco) cargos de Oficial de Gabinete da Presidência, simbologia 3-C.”

Art. 3º. As gratificações pelo exercício de encargos especiais nos termos dos arts. 172, VIII e 178, da Lei nº 6.174/1970, serão concedidas a ocupantes de cargos em comissão e fixadas por portaria do Presidente do Tribunal de Contas.

Art. 4º. O Anexo II da Lei nº 17.423/2012 passará a vigorar nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.



ANEXO I



Cargos em Comissão					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de cargos	Nomes	símbolo	Nº de cargos	Nomes	símbolo
01	Diretor Geral	DAS-1	01	Diretor Geral	DAS-1
01	Coordenador Geral	DAS-1	01	Coordenador Geral	DAS-1
01	Controlador Interno	DAS-2	01	Controlador Interno	DAS-2
20	Diretor	DAS-2	20	Diretor	DAS-2
06	Inspetor de Controle	DAS-2	06	Inspetor de Controle	DAS-2
01	Secretário Geral do MPJTC	DAS-2	01	Secretário Geral do MPJTC	DAS-2
01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2	01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2
07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2	07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2
07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2	07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2
06	Assessor de Planejamento de Inspetoria	DAS-2	06	Assessor de Planejamento de Inspetoria	DAS-2
01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2	01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2
01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2	01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2
01	Assessor Parlamentar	DAS-2	01	Assessor Parlamentar	DAS-2
01	Secretário do Tribunal Pleno	DAS-2	01	Secretário do Tribunal Pleno	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2
01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2
01	Assessor Administrativo da	DAS-2	01	Assessor Administrativo da	DAS-2

	Presidência			Presidência	
01	Assessor Técnico de Comunicação	DAS-2	01	Assessor Técnico de Comunicação	DAS-2
01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3	01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3	06	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3
08	Assessor Jurídico	DAS-3	08	Assessor Jurídico	DAS-3
14	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3	21	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3	01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3
01	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3	01	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3
01	Secretário de Câmara	DAS-3	01	Secretário de Câmara	DAS-3
			05	Assistente Técnico da Presidência	DAS-4
01	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4	01	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4
07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4	07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4
01	Ouvidor de Contas	DAS-5	01	Ouvidor de Contas	DAS-5
07	Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor	DAS-5	07	Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor	DAS-5
01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5	01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5
07	Assessor de Gabinete de Conselheiro	DAS-5	07	Assessor de Gabinete de Conselheiro	DAS-5
08	Assistente Jurídico do MPJTC	DAS-5	08	Assistente Jurídico do MPJTC	DAS-5
06	Assessor Técnico da ICE	DAS-5	06	Assessor Técnico da ICE	DAS-5
01	Chefe de Cerimonial	DAS-5	01	Chefe de Cerimonial	DAS-5
			05	Oficial de Gabinete da Presidência	3-C
07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C	07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C
07	Auxiliar de Controle Externo	1-C	07	Auxiliar de Controle Externo	1-C



01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C	01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C	01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C

[Handwritten signature]



IMPACTOS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

O impacto orçamentário e financeiro do Anteprojeto de Lei em comento, observadas as disposições legais, **será suportado integralmente pelo orçamento próprio** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras, e importará, em um acréscimo de:

- R\$ 160.933,79/ mês (cento e sessenta mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e nove centavos).
- R\$ 2.074.972,96 / ano (dois milhões, setenta e quatro mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos).

Na tabela 1 são apresentados o histórico da despesa total com pessoal do Tribunal e a projeção de gastos no exercício de 2013, assim como nos dois exercícios subsequentes, em comparação ao limite de gasto total possível, segundo as disposições da LC 101/2000, que têm por base a Receita Corrente Líquida (RCL):

Tabela 1. Evolução da Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida -- 2010 a 2015

Elemento	Em R\$ mil					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesa Total Pessoal	148.741	178.019	189.915	237.920*	251.972	267.179
Receita Corrente Líquida**	16.956.101	19.713.389	21.587.788	23.746.567	26.121.223	28.733.346
Limite (% da RCL)	0,88	0,90	0,88	1,00	0,96	0,93

Notas: * Para 2013, o cálculo da despesa considerou o acréscimo a partir de fevereiro.

** No cálculo da RCL entre 2013 e 2015 foi adotada variação de 10% ao ano, conforme histórico recente.

Observa-se que o percentual da despesa com pessoal em relação à RCL atinge o pico de crescimento em 2013 (1,00%), iniciando trajetória descendente nos exercícios subsequentes. É importante enfatizar que esse crescimento também ocorre por outros motivos, tais como a inclusão da contribuição patronal que acresce a despesa com pessoal em aproximadamente R\$ 10,5 milhões, R\$ 11,6 milhões e R\$ 12,8 milhões em 2013, 2014 e 2015, respectivamente. Sem o impacto desse item o percentual se manteria em 0,96%, 0,92% e 0,89% no mesmo período.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Finanças



Tabela 2. Evolução da Despesa Proposta – Projeção 2013 – 2015

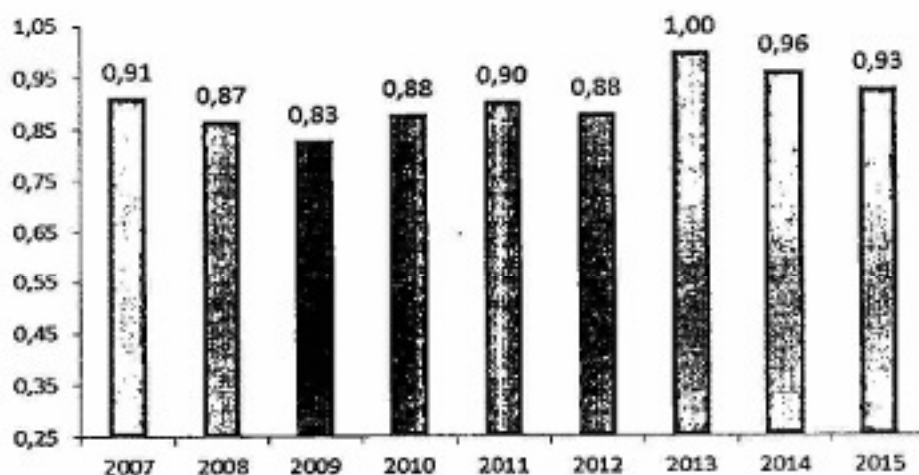
Em Reais

	Valores 2012	Projeção 2013	Projeção 2014	Projeção 2015
Receita Corrente Líquida*	21.587.788.000	23.746.567.000	26.121.223.000	28.733.346.000
Folha de Pagamento/Mês	14.765.357	18.546.338	19.680.437	20.956.824
Acréscimo/Mês	-	160.933	170.589	180.825
Acréscimo/Ano	-	2.074.972	2.370.061	2.512.264
Folha de Pagamento/Ano	189.915.220	237.919.967	251.972.320	267.179.331
Despesa de Pessoal s/ RCL	0,88%	1,00%	0,96%	0,93%

Nota: * RCL Prevista.

O percentual de comprometimento da despesa de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) para o exercício de 2013 e os dois subsequentes são apresentados no gráfico 1, em atendimento ao preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o percentual gasto nos anos anteriores.

Gráfico 1. Limite de Despesa de Pessoal (% RCL)



Fonte: Elaboração própria

A Lei de Responsabilidade Fiscal fixa o limite máximo para as despesas de pessoal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) em 1,36% da RCL, tendo como limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF), 1,29%. Ambos são plenamente atendidos. Abaixo, o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre de 2012 – janeiro a dezembro de 2012 - Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Finanças



ESTADO DO PARANÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 53, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXERCITADAS (Janeiro a dezembro/2012)	
	LÍQUIDAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	212.861.778,44	2.803.152,48
Pessoal Ativo	144.287.829,44	683.152,48
Pessoal Inativo e Pensionistas*	68.574.149,00	2.120.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 10 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	23.029.709,94	2.780.908,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorretes do Dano Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	23.029.709,94	2.780.908,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	189.832.068,50	83.152,48
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + II b)	199.815.220,90	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)**	21.587.788.427,54	
% de DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,88%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,36%	293.593.925,33	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,29%	278.482.473,30	

FONTE:

Planilhas SIAF/SISF A-Despesa de Pessoal SA-10 Valor Líquido Restos a Pagar SA-09

* Os Pensionistas não foram incluídos na base de cálculo para despesas de pessoal em virtude do fato estar em discussão sobre em data e especificidade da PARANÁ-PROVIDENCIAL.

** RCL: Receita do Estado do Paraná - DCF/ANSP/ANET, excluída Receita Corrente Líquida proveniente do ICMS.

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas ementas. No encerramento do exercício, as despesas não líquidas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas ementas. Dessa forma, para indicar a situação, as despesas ementas serão registradas em:

a) Despesas líquidas, consideradas ementas em que houve o cancelamento do supérfluo ou supérfluo, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não líquidas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas líquidas no encerramento do exercício, por força do art. 20, inciso III da Lei 4.320/64.

Nota 2: Os valores das despesas ementas inscritas em Restos a Pagar não processados em 2012 se referem ao 1º e 2º quadrantes.

Encontra-se anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.398/12, de 18/12/2012), e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012 - 2015 (Lei Estadual nº 17.013/11, de 14/12/2011) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.219/12, de 09/07/2012).

ELIAS GANDOUR THOMÉ

Diretor



DECLARAÇÃO

Eu, Artagão de Mattos Leão, CPF: 001.731.269-87, Presidente do TCE/PR, eleito em sessão ordinária nº 44, de 13/12/2012, publicada no DETC nº 556, de 10/01/2013, na qualidade de ordenador de despesa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR declaro que o **aumento da despesa com pessoal decorrente da criação dos cargos em comissão** tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.398/12) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015 (Lei Estadual nº 17.013/11) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.219/12), bem como preenche os requisitos exigidos na Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

Declaro, ainda, que a referida despesa não excede o limite de gastos com pessoal previsto no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2013.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
PRESIDENTE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº 99/13/OIN-GP

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 FEV. 2013

1º Secretário

Curitiba, 22 de fevereiro de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências

Em, 26/02/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a superior deliberação dessa Casa de Leis, Anteprojeto de Lei, que altera dispositivos da Lei 17.423, de 18 de dezembro de 2012, devidamente acompanhado da Exposição de Motivos, Impactos e Memória de Cálculo.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
Centro Cívico
Em mãos

/eg

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente anteprojeto de lei propõe adequações na Lei nº 17.423/12, relativamente à correção de distorção na redação anterior de norma que permitia, com a redação que ora se pretende alterar, que o princípio da isonomia fosse inobservado, na medida em que possibilitava que servidores, exercendo as mesmas atividades, tivessem tratamento diferente. Assim, a redação proposta ao § 6º do art. 3º, uma vez aprovada, restabelece a isonomia que deve nortear a questão.

Também traz alterações relacionadas à criação de cargos, com o propósito de trazer avanços a este Tribunal, permitindo ampliar, aperfeiçoar e profissionalizar a sua atuação, assim como organizar melhor suas atividades internas, decorrendo de acréscimo substancial dos trabalhos provenientes da própria sociedade, provocados por sua crescente atuação. Para suprir tal demanda, a lei citada ampliou a quantidade de cargos efetivos e em comissão, no entanto, quanto a estes, se faz imprescindível a alteração proposta, posto que é indispensável dotar esta Corte de Contas de estrutura qualificada de apoio, capaz de contribuir para a elevação da produtividade da instituição, considerando que as atividades desenvolvidas por tais servidores demandam dos seus executores zelo e dedicação, aliados à responsabilidade e qualificação.

Quanto ao impacto orçamentário e financeiro, observadas as disposições legais, será suportado integralmente pelo orçamento próprio deste Tribunal e suas disponibilidades financeiras.

Considerando que a Lei de Responsabilidade Fiscal fixa o limite máximo para as despesas de pessoal em 1,36% da Receita Corrente Líquida, tendo por limite prudencial 1,29%, mesmo com o acréscimo previsto neste anteprojeto, ambos estão plenamente atendidos (2013 - 1%, 2014 - 0,96% e 2015 - 0,93%).

Por fim, tem-se a informar que com o acréscimo proposto, o percentual de cargos em comissão em relação ao número total de servidores da Casa

[Assinatura]

será de 24,85% e o acréscimo proposto em relação ao número de cargos em comissão já existentes não ultrapassa 8,94%.



7



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 61/2013

Projeto de Lei nº. 61/2013
Autor: Tribunal de Contas.

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 17.423, de 18 de dezembro de 2012, conforme específica, e dá outras providências.

EMENTA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI nº 17.423/2012 QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DAS GRATIFICAÇÕES DE FUNÇÃO E PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 77 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 1º DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS. ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR 113/2005. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas apresenta adequações à Lei nº 17.423/2012, quais sejam:

- A correção de distorção na redação anterior do § 6º do art. 3º que possibilitava que servidores exercendo a mesma função tivessem tratamento diferenciado e;
- A criação de 22 (vinte e dois) cargos com a finalidade de ampliar, aperfeiçoar e profissionalizar ainda mais a atuação deste Tribunal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a competência do Tribunal de Contas, temos o que segue, conforme **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ**, senão vejamos:

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição.
(vide ADIN 2309-8) (vide ADIN 1190-1)

O tribunal possui seu Regimento Interno, que normatiza as questões internas, que segue:

Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, integrado por 7 (sete) Conselheiros e com sede na Capital do Estado e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tem sua competência definida nas Constituições Federal e Estadual e em sua Lei Complementar n.º 113, de 15 de dezembro de 2005.

Para gerir a sua administração interna, o Tribunal de Contas do Paraná possui sua Lei Orgânica própria, a qual foi criada pela Lei Complementar 113 de 15 de Dezembro de 2005.

Seguindo, o artigo 2º, inciso V, determina a competência do Tribunal de Contas em propor a Assembleia Legislativa à fixação dos respectivos vencimentos de seus funcionários:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

(...)

V - propor à Assembleia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Contas** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.398/12), compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015 (Lei Estadual nº 17.013/11) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.219/12).

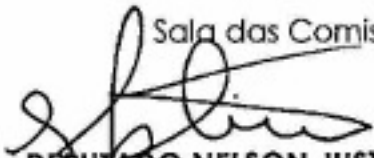
Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Contas detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

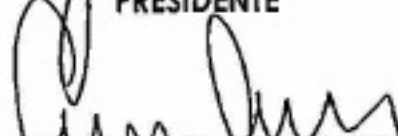
Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

APROVADO
unanimos 05.03.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 061/13

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Contas – Ofício nº 99/2013 que altera dispositivos da Lei nº 17.423/12, que regulamenta a concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator, exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas integralmente pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras, e importará em um acréscimo de R\$160.933,79,00/mês (cento e sessenta mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e nove centavos); e R\$2.074.972,96/ano (dois milhões, setenta e quatro mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos).

De igual modo, é salutar observar que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Contas, Senhor Artagão de Mattos Leão, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual Lei nº 17.398/12, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 17.219/12, bem como atende a Lei Complementar Federal nº 101/00, especialmente quanto às normas contidas nos arts. 16 e 17.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Sendo assim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 06/03/2013

Jonas
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

Francisco
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR